

# Crônica Universitária

## I — REFORMA REGIMENTAL

**Processamento** — Após exaustivo trabalho da Comissão Especial, designada para êsse fim pela Egrégia Congregação, está sendo revisto o Regimento, que dará nova estrutura administrativa, didática e disciplinar à Faculdade de Direito. Dois têrços do projeto de reforma já foram votados, o que faz supor que tôda a matéria tenha sido aprovada até fins do primeiro semestre de 1962.

**Traços fundamentais** — Os principais aspectos positivos da reforma que se processa estão na reorganização dos serviços administrativos e conseqüente relotação do pessoal, na criação de órgãos técnicos de orientação do ensino, na fixação de plano definido de trabalho e na solução dos problemas de aperfeiçoamento do ensino e do desenvolvimento da investigação científica, da pesquisa. A reforma regimental dá à Faculdade de Direito, como Instituto Superior de Ensino, feição mais dinâmica, definindo-lhe os planos de trabalho e estabelecendo normas à sua concretização.

## II — ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

**Novo Vice-Diretor** — Porque se empossara no cargo de Consultor Geral da República, o professor Cáio Mário da Silva Pereira renunciou às funções, que lhe cabiam, de Vice-Diretor da Escola. Em reunião de 11 de março do corrente ano, a Congregação elegeu para substituí-lo o professor João Eunápio Borges que, entretanto, não pôde aceitar a indicação, forçando nova escolha. Esta recaiu no professor Affonso Teixeira Lages, eleito em reunião de 18 de março. O catedrático de Direito Romano empossou-se e assumiu os encargos relativos à função, naquela mesma data.

Em seguida, o professor Alberto Deodato Maia Barreto, Diretor da Faculdade, entrou em gôzo de licença, a partir de 5 de julho, pelo que assumiu a direção, substituindo-o, o professor Affonso Teixeira Lages. O professor Lages estêve na direção da Escola até 12 de agôsto, quando o titular reassumiu suas funções.

**Representação no Conselho Universitário** — Com a eleição do professor Affonso Lages para a vice-direção da Faculdade, vagou-se seu

lugar de representante da Congregação junto ao Conselho Universitário. A Egrégia Congregação, na mesma reunião de 18 de março, escolheu para substituí-lo o professor Gerson de Britto Mello Boson, catedrático de Direito Internacional Público, que assumiu os encargos imediatamente.

### III — CORPO DOCENTE

**Substituição de professôres** — Afastaram-se do exercício de suas cátedras nos dois últimos períodos letivos, por diversos motivos, os professôres Antônio Martins Vilas Boas, Caio Mário da Silva Pereira, Orlando Magalhães Carvalho, Onofre Mendes Júnior e Washington Ferreira Pires, tendo continuado ausentes os professôres Pedro Aleixo e Oscar Dias Corrêa. Alterou-se, portanto, e substancialmente, a composição do mais alto órgão diretivo da Faculdade. Foram convocados ao exercício os docentes livres Eurico da Trindade e Wilson Melo da Silva (Direito Civil), Tasso Ramos de Carvalho (Medicina Legal), Paulo Neves de Carvalho e Paulo Campos Guimarães (Direito Administrativo), Agenor de Senna Filho e João Romeiro (Direito Penal), Washington Peluso Albino de Souza (Economia Política) e, durante ligeiro impedimento do catedrático Mário Casasanta, o professor Raul Machado Horta (Direito Constitucional).

Por outro lado, vagas as cadeiras de Direito do Trabalho e de Processo Civil (uma), foram preenchidas pelos professôres Antônio Augusto de Melo Cançado, sob contrato, e Celso Agrícola Barbi, por substituição simples.

No Curso de Doutorado, foram contratados os professôres Raymundo Cândido (Sistemas Penitenciários), Oswaldo Pataro Moreira (Psicopatologia Forense), Jair Leonardo Lopes (Criminologia) e Raul Machado Horta e João Martins de Oliveira (Direito Público), este último a partir de quando, em março de 1961, transferiu-se para o Curso de Bacharelado, em substituição ao professor Orlando M. Carvalho e mediante contrato, o professor Raul Machado Horta.

Recentemente, a 18 de setembro, o professor Caio Mário da Silva Pereira reassumiu suas funções nas cátedras de Direito Civil e Direito Comparado, provocando o afastamento do docente Wilson Melo da Silva e do catedrático substituto professor José do Valle Ferreira que, durante sua ausência, regeram as duas cátedras referidas.

Também recentemente, a partir de 16 de setembro, o professor catedrático Ruy de Souza assumiu, por indicação da Egrégia Congregação, a regência da cátedra de Direito Público, do Curso de Doutorado, afastando-se de seu exercício o professor João Martins de Oliveira.

**Aposentadoria de professor** — O professor Antônio Martins Vilas Boas, catedrático de Direito Civil e atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, afastou-se, definitivamente, do magistério, mediante aposentadoria, que lhe foi concedida por ato de 26 de janeiro de 1961, pelo que

se abriu uma lacuna no corpo docente da Faculdade. Sua vaga foi preenchida, como ficou dito, pelo docente livre Eurico da Trindade, que assumiu a substituição temporária.

**Falecimento de professor** — Ocorreu em 23 de agosto de 1960 o falecimento do professor João Pimenta da Veiga, docente livre de Direito Penal desta Faculdade, deputado federal e um dos mais eminentes criminalistas mineiros. O acontecimento chocou, profundamente, todos os círculos universitários mineiros. O professor João Pimenta da Veiga nasceu, em 11 de abril de 1910, na cidade mineira de São João Nepomuceno. Fêz os exames preparatórios no Ginásio Mineiro de Barbacena, até 1931, e concluiu o curso jurídico nesta Faculdade, em 20 de novembro de 1935. Foi eleito docente livre de Direito Penal, mediante concurso, em 16 de agosto de 1951, tendo exercido a docência de 10 de outubro daquele ano até 28 de fevereiro de 1953. Também regeu, sob contrato, a cátedra de Direito Judiciário Penal desta Escola, de 1º de março de 1954 a 12 de outubro do mesmo ano.

Quando faleceu, o professor João Pimenta da Veiga, afastado do magistério, estava no exercício de mandato legislativo federal.

**Novo catedrático** — Encerrou-se em 12 de junho deste ano o concurso para provimento da cátedra de Direito Judiciário Civil, que se vagara com o falecimento do saudoso professor Sebastião de Souza. Os trabalhos tiveram andamento regular e duração de quatro dias, porque iniciados em 8 de junho.

A Comissão Julgadora, presidida pelo professor Amilcar Augusto de Castro e secretariada pelo professor José Olympio de Castro Filho — ambos da UMG, — foi também integrada pelos professores Albérico Fraga, atual Reitor da Universidade da Bahia, Alfredo Buzaid e José Frederico Marques, estes dois últimos da Universidade de São Paulo.

Concorreram à cátedra dois candidatos, os doutores Celso Agrícola Barbi e Raymundo Cândido, o primeiro docente da cadeira em concurso e o outro docente de Processo Penal. A tese com que o doutor Celso Barbi inscreveu-se no concurso intitulou-se «Do mandado de segurança», enquanto o doutor Raymundo Cândido apresentou trabalho denominado «Da estrutura jurídica do processo divisório».

Do julgamento do concurso verificou-se a indicação unânime do doutor Celso Agrícola Barbi para provimento da cadeira, com u'a média geral 9,45, tendo a Comissão indicado o professor Raymundo Cândido, também por unanimidade, para a livre docência.

O professor Celso Agrícola Barbi, que se encontra aguardando a necessária nomeação pelo Executivo Federal, nasceu na cidade de Palma, neste Estado, em 6 de maio de 1921. Cursou o Ginásio Mineiro, hoje Colégio Estadual de Minas Gerais, até 1938, bacharelando-se por esta Faculdade em 11 de dezembro de 1945. Era docente livre da cadeira que conquistou, porque fôra aprovado em concurso anterior, em 1955. Exer-

ceu a substituição interina de Direito Civil, nesta Casa, de 1º a 15 de março de 1956 e, da mesma forma, a cátedra de Direito Civil Comparado, do Curso de Doutorado, de 6 de março a 3 de maio de 1956. Sob contrato, lecionou Direito Público (TGE), do Curso de Doutorado, de 17 de março de 1958 a 28 de fevereiro de 1959. Assumira a docência de sua cátedra desde o início do ano letivo de 1960, ao mesmo tempo em que exercia as funções de Professor Assistente de Processo Civil da Faculdade Mineira de Direito, da Universidade Católica.

**Novos docentes livres** — O novo livre docente de Processo Civil, professor Raymundo Cândido, bacharelou-se por esta Faculdade na turma de 1939. É duas vezes docente de Processo Penal, tendo sido aprovado em concursos realizados em setembro de 1954 e em março de 1956. Exerceu a docência de 13 de outubro de 1954 a 31 de março de 1956 e, depois, sob contrato, assumiu a regência da cátedra de Sistemas Penitenciários, do Curso de Doutorado, em 12 de março de 1957, tendo seu contrato renovado, sucessivamente, até esta data.

De 14 a 18 de setembro último, realizou-se o concurso para a docência livre da cátedra de Direito Internacional Privado, cujo titular, em exercício, é o professor Amilcar de Castro.

Participaram de tôdas as provas do concurso dois candidatos, os bachareis Adalmo de Araújo Andrade (com a tese «Do casamento no Direito Internacional Privado») e Osiris Rocha (com a tese «Caráter judicial-auxiliar do Direito Internacional Privado»), tendo sido ambos aprovados e indicados à docência livre pela Comissão Julgadora, integrada dos professores Amilcar de Castro, Gerson de Britto Mello Boson, Luiz Viana Filho (da Universidade da Bahia), Luiz Antônio da Gama e Silva (da Universidade de São Paulo) e Agenor Pereira de Andrade (da Universidade de Juiz de Fora).

O bacharel Adalmo de Araújo Andrade nasceu em Peçanha, MG, em 1º de abril de 1920 e bacharelou-se por esta Faculdade em 10 de dezembro de 1945. No mesmo ano foi nomeado e assumiu a Promotoria de Justiça da comarca de Peçanha, de onde foi transferido, em 10 de outubro de 1946, para a comarca de Diamantina. Em 1955 foi promovido, por merecimento, para a comarca de Ituiutaba, tendo sido removido, imediatamente, para a de Diamantina. Exerceu o magistério, inicialmente, como professor de Prática Jurídica da Escola Técnica de Comércio Diamantinense, de março de 1951 até maio de 1952. Em 15 de março de 1954 assumiu a regência da cátedra de Administração de Pessoal e Material da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Publicou algumas obras sobre a matéria do concurso, sobre Direito do Trabalho e Previdência Social, sobre Processo Civil e sobre Direito Comercial, além de várias monografias.

O doutor Osiris Rocha é natural de Belo Horizonte, onde nasceu a 1º de julho de 1929. Diplomou-se por esta Faculdade em 10 de dezembro de 1952 e exerceu o jornalismo profissional para, em seguida, assumir o

cargo de Juiz de Direito da comarca de São Gonçalo do Abaeté, em virtude de concurso, em 1958. Antes, fôra aprovado em concurso para a carreira de Delegado de Polícia, em 1957. Em 23 de junho de 1958, classificando-se em primeiro lugar em concurso a que se submeteu, foi nomeado Juiz Substituto do Estado do Espírito Santo. Em 1959, também em virtude de classificação em concurso, foi nomeado Juiz do Trabalho — Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento da 3ª Região, funções que ainda exerce. Leciona Prática Jurídica e Comercial na Escola Técnica de Comércio da A.E.C., em Belo Horizonte, e é sócio-fundador da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de Minas Gerais.

**Professor Javert de Souza Lima** — Transferindo-se definitivamente para o Rio, o professor Javert de Souza Lima, que durante três anos exerceu a docência de Direito do Trabalho, nesta Faculdade, deixou a regência da cadeira no princípio do ano letivo de 1960, depois de prestar excelentes serviços à Faculdade em que se diplomou, como aluno premiado, em 1930.

Recebendo a comunicação de seu afastamento, o Senhor Diretor, em seu nome e no da Congregação, expressou-lhe o pesar da Casa através da seguinte carta:

“Prezado Professor Javert de Souza Lima:

Recebemos, com pesar, a carta em que nos comunica o seu afastamento do exercício da cátedra a que deu tôda a sua inteligência e virtudes de grande professor.

Quero fazer chegar ao seu conhecimento que todos os nossos colegas, tomando ciência do seu desejo, me incumbem de levar-lhe as manifestações mais vivas dêsse pesar, que vem privar nossa velha Faculdade de um de seus melhores elementos.

Fica-nos, entretanto, a certeza de que o seu nome continua figurando, para maior prestígio do nosso corpo docente, na livre docência da Faculdade.

Atenciosamente,

a) *Alberto Deodato*”

**Outros concursos** — Estão programados mais dois concursos de magistério, nesta Faculdade, em virtude do encerramento, em 3 de abril dêste ano, dos prazos fixados, nos respectivos editais, para recebimento de inscrições.

Um dos concursos se destina ao provimento da cátedra de Direito do Trabalho, que se vagou com a renúncia do professor José Pinto Antunes, atual catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Inscreveram-se como candidatos os doutores Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena, com a tese «Da sentença normativa», e Messias Pereira Donato, com a tese «A atuação do sindicato operário no seio da empresa privada».

O outro concurso, no qual se inscreveu o doutor Honório Silveira Neto, se destina à docência livre da cátedra de Teoria Geral do Estado, de que é titular o professor Orlando M. Carvalho. O candidato único apresentou trabalho intitulado «O Estado e o poder».

Em virtude da aposentadoria do professor Antônio Martins Vilas Boas, em consequência de que se vagou uma das cátedras de Direito Civil, também está anunciado concurso para o preenchimento da cadeira. Os editais foram publicados nas edições de 5, 6 e 8 de maio último, do «Diário Oficial», devendo o prazo destinado às inscrições encerrar-se no próximo dia 15 de fevereiro.

Presentemente, são docentes da cadeira os professores João Franzen de Lima (1929), Wilson Melo da Silva (1950) e Eurico da Trindade (1952). Os demais catedráticos de Direito Civil são os professores José do Valle Ferreira, Caio Mário da Silva Pereira e Darcy Bessone de Oliveira Andrade.

**Atividades dos professores** — O professor Washington Ferreira Pires, de Medicina Legal, retornou ao exercício de sua cátedra, na qual fôra substituído, durante dois meses, pelo docente livre professor Tasso Ramos de Carvalho. Já o professor Onofre Mendes Júnior, de Direito Administrativo, continuou licenciado, estando sendo substituído pelo docente professor Paulo Campos Guimarães.

O professor Caio Mário da Silva Pereira, que exerceu a Consultoria Geral da República e que presidiu a Comissão Especial de Inquérito que, recentemente, atuou junto à Universidade do Recife, — voltou ao exercício de suas cátedras de Direito Civil e Direito Civil Comparado.

O professor Pedro Aleixo exerce mandato legislativo federal, enquanto o professor Oscar Dias Corrêa, embora licenciado como deputado, é o titular da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais.

O professor Edgar de Godoi da Mata-Machado, embora nomeado Secretário do Trabalho do Governo Mineiro, continua no exercício de suas cadeiras, enquanto aguarda a instalação daquela Secretaria. Teve ensejo, entretanto, de exercer, interinamente, as pastas das Finanças e da Educação.

O professor Orlando M. Carvalho, catedrático de Teoria Geral do Estado, tendo merecido indicação unânime do Conselho Universitário para integrar a lista tríplice de candidatos à Reitoria da UMG, foi nomeado e está no exercício das altas funções. Esse ato mereceu os melhores aplausos de todos os círculos universitários.

O professor Darcy Bessone de Oliveira Andrade, outro expoente da nossa cultura jurídica, emprestou efetiva colaboração ao Governo Federal, no estudo e elaboração de projetos de interesse do Executivo.

O professor Paulo Campos Guimarães, docente em exercício de Direito Administrativo, chefia a Casa Civil do Governo Estadual, enquanto o outro docente da mesma cadeira, o professor Paulo Neves de Carvalho, é o principal assessor administrativo do Executivo Mineiro.

No princípio do ano, o professor José Olympio de Castro Filho, titular de uma das cátedras de Processo Civil, representou a Faculdade na Segunda Conferência das Faculdades Latino-Americanas de Direito, realizada em Lima, no Perú, sob os auspícios da Facultad de Derecho da Universidad Nacional de San Marcos. A essa Conferência, o professor José Olympio de Castro Filho ofereceu valiosa colaboração, consubstanciada, inclusive, no trabalho que intitulou «Ensino de Prática do Direito».

No último mês de setembro, o professor Affonso Teixeira Lages integrou banca examinadora de concurso para a cátedra de Direito Romano, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, enquanto o professor Alberto Deodato participava de Comissão Julgadora de concurso na Faculdade de Ciências Econômicas da UMG.

#### IV — CORPO DISCENTE

**Concursos vestibulares** — No concurso de habilitação à matrícula inicial desta Faculdade, em 1960, inscreveram-se 449 candidatos, havendo um cancelamento de inscrição, dez desistências prévias e 17 registros anulados por falta de documentação. Aos exames orais compareceram 421 candidatos, dos quais apenas 146 foram aprovados e habilitados à matrícula. O primeiro lugar coube ao candidato José Augusto Filho.

Em 1961, inscreveram-se 458 candidatos, dos quais apenas 414 foram chamados aos exames finais, porque 3 cancelaram suas inscrições, 26 tiveram-nas canceladas por falta de documentação e 34 foram eliminados nas provas escritas, por não comparecimento. Foram aprovados e considerados aptos à matrícula 157 candidatos, classificando-se em primeiro lugar o estudante Adrianus Johannes Antonius Uitervaal.

Verifica-se, pois, que, em relação ao ano de 1960, a média de aprovação foi de 34,68%, sensivelmente superior à de 1959, que fôra de 25,16%. Em 1961, essa média acusou aumento para 37,92%, o que permite a observação da acentuada melhoria, nos dois últimos anos, do grau de preparo e adaptação dos candidatos ao ingresso nesta Faculdade. Dêsse ponto de vista, o aumento da média percentual de aprovação constitui um bom índice de melhoria, que tende a estabilizar-se.

**Matrículas** — Matricularam-se, em 1961, nos diversos cursos da Faculdade, 901 alunos, assim distribuídos: **Curso de Bacharelado** — 165, na primeira série; 153, na segunda; 135, na terceira; 112, na quarta, e 138 na quinta e última, num total de 713 alunos; no **Curso de Doutorado** — 60 na seção de Direito Privado, 41 na de Direito Público, e 32 na de Direito Penal, somando 133 alunos; nos **Cursos Especiais** — 22 alunos de Direito Rodoviário, 18 de Direito Eleitoral e 15 de Direito da Eletricidade, perfazendo 55 alunos.

Há que se anotar, ainda, que às 901 matrículas normais devem somar-se mais 75 matrículas de alunos dependentes que, na realidade,

freqüentam, simultâneamente, disciplinas de duas séries. Essa soma daria, então, um total global de 976 matrículas, efetuadas em 1961.

Esse total se limitara, em 1959, a 659, fixando-se, em 1960, em 821.

A Faculdade expediu, neste ano, três transferências e, em compensação, recebeu outras 7. Dessas, duas foram concedidas pela Congregação, três deferidas, após recurso, pelo Conselho Universitário, e duas obtidas por via de mandado de segurança.

Em 1960, contra duas transferências expedidas, recebemos 10, ocorrendo que uma medida liminar, deferida a favor de estudante que a impetrou, não foi utilizada.

**Novos bachareis** — Concluíram o curso de bacharelado, em 1960, mais 154 alunos, paraninfados pelo Professor José Olympio de Castro Filho. A colação de grau ocorreu em 10 de dezembro daquele ano e o bacharel Rubens dos Santos foi o orador de sua turma.

O total de alunos graduados pela Faculdade ascende, portanto, até agora, a 3.989.

**Doutoramento** — No curso de doutorado, 17 alunos terminaram, no último ano, o currículo das três seções e se credenciaram à necessária defesa de tese de doutoramento. O total de alunos que concluíram esse curso de pós-graduação atinge, agora, a 98.

O bacharel Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena foi o único de sua turma e o quarto na fase da federalização a requerer a prova final de doutoramento, tendo comparecido, em 10 de março do corrente ano, perante banca especial de 7 examinadores, para submeter-se à defesa de sua tese, intitulada «Justiça Distributiva e Técnica Jurídica». Em consequência de sua aprovação, foi-lhe conferido, na mesma data, o título de Doutor em Direito.

**Alunos premiados** — Classificando-se como o melhor aluno da turma que concluiu o curso em 1960, o bacharel Pedro Paulo Sepúlveda Perence obteve o «Prêmio Rio Branco», cabendo-lhe, ainda, além do diploma de mérito oferecido pelo Diretório Central dos Estudantes, o «Prêmio Francisco Brant», destinado a recompensar o valor do aluno que mais se destaca, anualmente, no estudo de Processo Penal.

O «Prêmio Rafael Magalhães», instituído na cadeira de Processo Civil, foi concedido à aluna Ana Maria Villela, a quem coube, também, o «Prêmio Cândido Neves». Após graduada, essa aluna foi distinguida, recentemente, com bolsa de estudos na França.

Outras bolsas de estudos e outras distinções diversas foram conferidas a vários alunos, conforme registros que podem ser encontrados no item relativo às atividades gerais do corpo discente e no capítulo referente aos Institutos de Pesquisas.

**Concurso de contos** — Em solenidade realizada a 9 de setembro, com a presença do Magnífico Reitor da UMG e do Diretor da Faculdade,

foram entregues os prêmios aos vencedores do concurso de contos, promovido pela Escola em acôrdo com o Centro Acadêmico Afonso Pena, com o objetivo de incentivar o gôsto literário entre os estudantes.

Concorreram nove alunos: Geraldo Fonseca, Sebastião Vieira Martins, José de Magalhães Barroso, Roney de Oliveira, Mauro Mendes de Souza, Rosemiro Pereira Leal, Durval Caixeta, Helvécio de Oliveira Azevedo e Fernando Cordeiro Tupinambá.

O julgamento e a seleção dos trabalhos estiveram a cargo de uma comissão, composta dos professores Alberto Deodato, Mário Casasanta e Valle Ferreira. Cada professor selecionou três contos para que, em cotêjo final, fôssem escolhidos os primeiros. A escolha principal recaiu no conto «O homem que influenciava», de Rosemiro Pereira Leal, aluno da segunda série. Os outros dois classificados foram Mauro Mendes de Souza, também do segundo ano, e Durval Caixeta, da primeira série.

O conto premiado foi escolhido pelo Professor Mário Casasanta, tendo tal escolha recebido a confirmação dos outros membros da Comissão Julgadora. O professor Mário Casasanta classificou êsse original porque encontrou nele «a revelação de um estilo já amadurecido e os dons de observação da vida de um lugar pequeno, num trabalho cuja técnica é de um verdadeiro conto».

A experiência foi julgada excelente, pelo que a Faculdade já instituiu novo concurso, agora para a escolha da melhor monografia que se escreva sôbre o Conselheiro Afonso Pena, fundador principal e primeiro Diretor da Escola. As inscrições estão abertas e vão encerrar-se em abril do próximo ano.

**Atividades gerais do CAAP** — O Centro Acadêmico «Afonso Pena», órgão oficial do corpo discente da Faculdade, tem funcionado, durante todo êste ano, sob administração da diretoria eleita em fins de 1960 e encabeçada pelo universitário Milton Álvares Cordeiro. Só recentemente, em princípios dêste mês, o presidente do CAAP passou a direção ao vice-presidente, universitário Nilson Reis, depois que assumiu a presidência da União Estadual de Estudantes, para que foi também eleito.

Os demais membros da diretoria cujo mandato está a findar-se são os estudantes Lindolfo Pena Pereira, tesoureiro geral; Eurípedes Miranda, tesoureiro; Marco Aurélio Alvarenga, secretário geral, e Hilário Figueiredo, secretário.

Recentemente, em pleito realizado a 6 do corrente, foi eleita a diretoria que sucederá a atual e administrará o CAAP durante o exercício de 1962. O universitário Danilo Passos foi escolhido presidente e os demais dirigentes do órgão discente serão os alunos Nioeldo Mendes Pires, vice-presidente; Antônio Joaquim Machado, secretário geral; Justino de Barros Frossard, secretário; Custódio Angelo Vieira, tesoureiro geral; José Ferraz, tesoureiro, e José Antero Monteiro Filho, representante junto ao DCE.

A atual administração do CAAP, cujo mandato está a findar-se, promoveu, em dois períodos sucessivos, um curso especial de dicção, regido pela professora carioca Eda Fossati.

Ainda no princípio de sua gestão, em 6 de abril, o CAAP promoveu a entronização do crucifixo em sua sede, em cerimônia precedida de uma conferência pronunciada por S. Exa. Revma. D. Serafim Fernandes de Araújo, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte e Magnífico Reitor da Universidade Católica.

Ainda em abril, o CAAP movimentou-se, no sentido de provocar a reforma do atual Regimento de Custas Processuais, tendo encaminhado minucioso trabalho, a respeito de sua reivindicação, ao Governador do Estado, aos deputados, juízes e promotores de tôda Minas Gerais.

O órgão discente fêz realizar outras promoções culturais, como o torneio de juri simulado, destinado a selecionar os estudantes seus representantes no concurso de juri instituído pela U.E.E. e intitulado «Semana Estadual do Juri». Esse concurso prolongou-se de 18 de abril a 2 de maio dêste ano, estando a Comissão Julgadora composta do Juiz dr. Perboyre Starling, do Promotor dr. Sizenando de Barros, do Prof. João Romeiro e do bacharel José Sebastião Daher. Foram vitoriosos no concurso, pela ordem, os estudantes Tarcísio Flores, Fernando Cordeiro Tupinambá, Carlos Mário da Silva Veloso e Gamaliel Quinto de Souza.

Em seguida, o CAAP promoveu, de 10 a 17 de agosto, o concurso de oratória; o concurso de teses, de 15 de agosto em diante, e participou da «Semana Estadual do Juri», de 20 a 27 de agosto.

Além de várias iniciativas no terreno da assistência social, conforme estará relatado no capítulo próprio, o Centro Acadêmico estimulou o intercâmbio com outras Faculdades do País e participou de todos os movimentos de opinião. Em agosto, iniciou vibrante campanha contra o aumento dos subsídios dos deputados, com tôda a cobertura da imprensa da Capital, culminando por entrar na justiça com uma ação popular.

O CAAP fêz-se representar no Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado de 20 a 27 de maio em Salvador, na Bahia, e ao qual compareceram seu presidente, universitário Milton Cordeiro, e o aluno-conselheiro Roberto Lúcio Rocha Brant.

Ao Congresso da União Nacional dos Estudantes, que teve lugar em Niterói, de 16 a 23 de julho, compareceu representação do CAAP, integrada pelos universitários Lindolfo Pena Pereira, João Batista Antunes de Carvalho, Roberto Lúcio Rocha Brant, Juarez Távora de Freitas e Célio César Paduani.

Confirmando antiga tradição, o Centro Acadêmico participou, ainda, da «XI Semana Nacional de Estudos Jurídicos», realizada em Manaus, no Estado do Amazonas, de 17 a 25 de setembro último. Integraram a representação os estudantes Dalton da Cunha Melo, na chefia; Igomer Brandi, representando o DCE; Geraldo Nascimento, como orador; e os

tesistas Alexandre Bogliolo («Direito como função social»), Lina da Conceição Lucas («O econômico na Constituição de 1946») e Helvécio de Oliveira Azevedo («Existencialismo e Filosofia do Direito»).

Durante a atual gestão, o Centro Acadêmico «Afonso Pena» firmou dois convênios: um com o IBC, para fornecimento gratuito de café aos alunos da Faculdade; outro, com as sociedades de economia mista, para admissão, em seus quadros funcionais e mediante concursos, de alunos deste Instituto.

**Excursões de alunos** — Os atuais bacharelados completaram, em princípios de março, a excursão de estudos que realizaram à Europa, sob a direção do Professor Washington Peluso Albino de Souza.

Os universitários Samuel Dirceu Grasseschi Bueno e Geraldo Afonso Muzzi, após vencerem concurso interno na Faculdade, obtiveram viagem de estudos aos Estados Unidos da América do Norte, onde permaneceram durante dois meses, realizando um curso de seminário sobre Direito americano, tendo freqüentado a Universidade de Washington e outros estabelecimentos de Saint Louis, Jefferson City, Springfield e Kansas City.

Também o estudante João Cláudio Dantas Campos permaneceu, durante 45 dias, nos Estados Unidos, com bolsa de estudos patrocinada pelo Departamento de Estado.

Em julho, uma equipe de alunos participou do Seminário de Direito Comparado, que se realizou em Curitiba entre os dias 16 e 29. Integraram a representação os estudantes Samuel Dirceu Bueno, Ilza Pacheco Mundim, Geraldo Muzzi e Luiz Ricardo Gomes Aranha.

Finalmente, no último mês de setembro, quintanistas da Faculdade, dirigidos pelo Professor Lourival Vilela Viana, visitaram instituições penais e o Instituto Médico-Legal de São Paulo. Também estiveram em visita à Refinaria de Cubatão.

**Entidades culturais** — O tradicional Centro Acadêmico «Pedro Lessa» reorganizou-se completamente, tendo fixado um programa de atividades sucessivas. Fundou-se, também, o Clube de Oratória «Alberto Deodato», tendo sido eleito seu dirigente o universitário Geraldo Alves do Nascimento. As duas entidades pretendem promover conferências de eminentes estudiosos do direito e de figuras de relêvo nas letras, na política e na administração nacional.

## V — ÓRGÃOS ASSISTENCIAIS

**Fundação «Lincoln Prates»** — No plano assistencial, o Centro Acadêmico «Afonso Pena» normalizou o funcionamento da «Fundação Lincoln Prates», readaptando restaurante e cantina, com o auxílio da Faculdade. O restaurante está fornecendo, atualmente, u'a média de 400 refeições diárias, enquanto a cantina, cuja direção foi entregue diretamente ao órgão discente, regularizou seu funcionamento permanente.

A Faculdade mantém esforços, no sentido de que o orçamento preveja disponibilidade suficiente à manutenção desses dois serviços, de fundamental importância. As verbas com tal destinação, previstas no orçamento federal, não correspondem à sexta parte da despesa anual, urgindo a necessidade de um substancial aumento da dotação própria, mesmo porque tais serviços tendem a ampliar-se, cada vez mais.

**Assistência Financeira** — Sòmente no último exercício, a Assistência Financeira «Berenice Prates», instituída pelo CAAP, concedeu Cr\$. 75.000,00 de empréstimos aos estudantes. No atual exercício, êsse movimento multiplicou-se, comprovando o êxito da iniciativa.

**Assistência Odontológica** — Montou-se o Serviço de Assistência Odontológica «Pedro Paulo Penido», que dispõe de consultório próprio, onde servem três profissionais dentistas. Êsse serviço atende, presentemente, a quase 70 universitários, que pagam, apenas, o preço do material utilizado.

**Assistência Médica** — A Secretaria de Assistência do CAAP instalou o gabinete médico, que foi doado pelo Reitor Orlando M. Carvalho. Êsse serviço completa tôda a extensa rede assistencial organizada pelo Centro Acadêmico e pela direção da Faculdade em benefício do corpo discente da Casa. A média diária de atendimento do consultório médico, que funciona de 7 às 10 horas, é de 30 alunos.

## VI — ÓRGÃOS DE COLABORAÇÃO

**Departamento de Assistência Judiciária** — O Departamento de Assistência Judiciária, que passou a ter a orientação dos Assistentes de Ensino de Processo e do aluno José de Magalhães Barroso, representante do Centro Acadêmico, funciona com excelente colaboração de alunos bolsistas e tem prestado os mais relevantes serviços. Sòmente em 1960 atendeu a quase duas mil consultas e respectivos processos, estando apto a prestar excelente assistência aos juridicamente necessitados.

**Cooperativa do Livro** — A Cooperativa Editôra e de Cultura Jurídica, Ltda, registrou, em 1960, a inscrição de 761 associados, quando êsse número se restringia, em 1958, a 379 e atingiu a 562, em 1959. No corrente exercício êsse registro ampliou-se para 902 associados. O volume de fornecimento de livros atingiu o valor de Cr\$ 2.657.926,00 (dois milhões e seiscentos e cinqüenta e sete mil e novecentos e vinte e seis cruzeiros), o que equivale considerar-se uma economia aproximada de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), em 1960. Seu estoque, que no final do exercício de 1959 correspondia ao valor de Cr\$ 483.526,70 — no último ano correspondeu a Cr\$ 650.469,50 — quando seu capital integralizado era de Cr\$ 358.900,00. Além disso, a oficina encadernadora, anexa à Cooperativa, pôde preparar, até 31 de dezembro do

último ano, 800 volumes diversos. Esses dados atestam o incontestado valor da tarefa desenvolvida pela Cooperativa Editôra e de Cultura Jurídica, Ltda.

## VII — VIDA ASSOCIATIVA

**Clube do Samuel** — A Associação, criada com o objetivo de integrar na vida e nas atividades da Faculdade seus alunos e ex-alunos e a que foi dado o nome de «Clube do Samuel» — em homenagem ao mais antigo servidor da Escola, ainda em exercício, — foi reorganizada, tendo inaugurado, em agosto último, suas instalações. Está sendo preparado completo fichário de todos os ex-alunos da Escola, com o necessário registro de suas atividades atuais, a fim de que possam ser convocados a colaborar, no setor em que atuam, nos planos de vida do Clube, que objetivam, sobretudo, encaminhar, profissionalmente, os alunos saídos desta Casa.

## VIII — INSTITUTOS DE PESQUISAS

**Seu objetivo** — Ao criar os Institutos de Pesquisas, a Faculdade de Direito da UMG objetivou, sobretudo, possibilitar o desenvolvimento cultural dos alunos e seu aperfeiçoamento no estudo das cadeiras lecionadas nos cursos de Bacharelado e de Doutorado, através da especialização e da realização de pesquisas científicas.

**Organização** — São seis os Institutos de Pesquisas da Faculdade de Direito, dos quais cinco estão em funcionamento, devendo a instalação do último deles dar-se neste segundo semestre letivo. Esses Institutos podem ser assim caracterizados:

a) o **Instituto de Processo** reúne as cadeiras de Processo Civil, Processo Penal e Trabalhista;

b) o **Instituto de Economia e Finanças** abrange as cátedras de Economia Política, Ciência das Finanças e Economia e Legislação Social;

c) o **Instituto de Direito Público** compreende as cadeiras de Introdução à Ciência do Direito, Direito Público, Direito Constitucional, Teoria Geral do Estado, Direito Administrativo, Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público;

d) o **Instituto de Criminologia** envolve as cátedras de Direito Penal, Direito Penal Comparado, Criminologia, Medicina Legal, Psicopatologia Forense e Sistemas Penitenciários;

e) o **Instituto de Direito Privado** abrange as cadeiras de Direito Comercial, Direito Civil, Direito Comparado e Direito Romano;

f) finalmente, o **Instituto de Filosofia do Direito** envolve as duas cátedras de Filosofia, do Curso de Doutorado.

**Regulamentação e funcionamento** — Os Institutos de Pesquisas são supervisionados pelos titulares das cátedras que os integram e funcionam sob a imediata direção dos Assistentes de Ensino neles providos, participando de seus trabalhos os alunos bolsistas. Cabe, pois, aos catedráticos, fixar os temas a serem pesquisados e estudados e dar norma e disciplina aos trabalhos.

O resultado dos trabalhos realizados pelos Institutos de Pesquisas são publicados, anualmente, nos meses de maio, julho, agosto e novembro, mediante edição dos «Cadernos de Pesquisas». Cada Instituto tem o seu «Caderno», que divulga apenas os resultados de seus trabalhos e estudos.

Na primeira quinzena dos meses de junho, setembro e dezembro são organizados debates sobre as pesquisas realizadas e que tenham sido divulgadas no mês anterior. Dos debates públicos podem participar todos os professores e alunos, para o que se exige inscrição prévia de quantos não integrem o grupo promotor dos estudos e responsável pela sua divulgação.

**Participação de alunos bolsistas** — Composto, ainda, os Institutos de Pesquisas, foram criadas bolsas de estudos, concedidas pela Faculdade aos seus alunos de ambos os cursos regulares que, para esse fim, se classifiquem em concurso. O número de bolsistas de cada Instituto é ilimitado e esses alunos não poderão exercer outras funções, públicas ou privadas, devendo dedicar-se exclusivamente às pesquisas da Faculdade. Suas funções e tarefas são distribuídas, da forma mais conveniente, pelos Assistentes de Ensino, que os orientam, diretamente.

Do primeiro concurso participaram 115 candidatos, tendo merecido classificação os estudantes Paulo Eduardo Renault, João Baptista Antunes de Carvalho, Roberto Lúcio Rocha Brant, José do Nascimento, Tarcísio Batista Nepomuceno Dias e Helvécio de Oliveira Azevedo (Economia e Finanças); Myrthes Tostes, Diaulas Queiroz da Costa, João Baptista Peret, Gerardo Rangel de Holanda Borges e Maura Pereira dos Santos (Direito Civil); Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza e Romano Pirfo (Internacional Privado); Lincoln Magalhães da Rocha e Manoel Patrício Gomes (Direito Romano); Ana Maria Villela e Paulo Lara (Processo Civil); Laércio Nogueira e Mozart Valadares Machado (Processo Penal) e Floriano Corrêa Vaz da Silva e José Aparecido de Carvalho (Processo Trabalhista).

As bolsas de estudo são outorgadas por um ano, percebendo-as os bolsistas inclusive durante as férias, se cumpriram, rigorosamente, suas obrigações durante o ano, acentuando-se que a renovação das bolsas far-se-á em cada ano, oferecidas idênticas condições aos demais alunos matriculados.

**Trabalhos e planejamento** — Cinco Institutos estão, já, realizando pesquisas e estudos, sob a supervisão dos catedráticos e orientação dos Assistentes de Ensino. Os trabalhos realizados e os planos de estudos podem ser assim resumidos:

a) **Instituto de Processo** — De 1º de janeiro até à presente data, o Instituto de Processo tem desenvolvido intensas atividades de pesquisas processuais. Além disso, tem orientado os estudantes que, no Departamento de Assistência Judiciária — que é como um laboratório prático de direito judiciário, — assistem os juridicamente necessitados.

Supervisionam os trabalhos do Instituto de Processo os professores José Olympio de Castro Filho e Lourival Vilela Viana, que fixam e determinam os temas para estudo.

Publicou-se o primeiro «Caderno de Pesquisas» desse Instituto em maio último, reunindo trabalhos sobre «O problema da Assistência Judiciária em Belo Horizonte» e notas sobre «A Instituição do Júri» e «Assistência Judiciária e a Justiça do Trabalho».

Sempre em equipe, os Assistentes de Ensino professores Alberto Deodato Maia Barreto Filho e Marcos Afonso de Souza, com a colaboração dos alunos bolsistas, estão, agora, procedendo a estudos sobre os seguintes temas, fixados pelos catedráticos já mencionados: «A História da Justiça do Trabalho em Minas Gerais», «Organização Judiciária» e «Nulidades no Tribunal do Júri». Tais estudos constituirão a matéria da próxima publicação do Instituto de Processo.

b) **Instituto de Economia e Finanças** — Desde 1º de janeiro, o Instituto de Economia e Finanças, sob a supervisão direta do Professor Alberto Deodato Maia Barreto, concluiu e publicou estudos sobre «Desenvolvimento e Equilíbrio» e sobre «As despesas públicas». Com as pesquisas relativas ao primeiro tema, objetivou-se determinar a natureza das causas dos desequilíbrios (inflacionário e «deficit» no balanço de pagamentos) no processo de desenvolvimento econômico; na segunda parte, as pesquisas visaram a estudar a natureza e os efeitos das despesas públicas na atividade econômica.

Para a realização de tais estudos, o Instituto de Economia e Finanças procedeu aos seguintes levantamentos estatísticos: pressão tributária, no Brasil e em Minas Gerais, de 1948 a 1958; gastos de governo em relação à renda nacional, no Brasil e em Minas Gerais; investimentos de governo, no Brasil e em Minas Gerais.

Além desses trabalhos, traduziu-se, em maio, o estudo de Raja Chelliah, da Universidade de Bombaim, sobre a política nos países subdesenvolvidos.

Os bolsistas lotados no Instituto de Economia e Finanças excursionaram a São Paulo e ali assistiram, em abril, à conferência proferida por Raul Prebisch, da Cepal, sobre desenvolvimento econômico e estabilidade. Tal conferência foi publicada pelo Instituto, em convênio com a Ordem dos Economistas de São Paulo.

Também em São Paulo foi estudada a técnica de operação do DIEESE, órgão que procede a levantamentos sobre o custo de vida naquela cidade.

Todos os estudos e trabalhos do Instituto de Economia e Finanças, realizados sob a orientação direta do Assistente de Ensino Prof. Simão Pedro Casasanta, foram publicados no «Caderno de Pesquisas» correspondente, divulgado no último mês de julho.

Atualmente, estão em andamento, devendo ser concluídas e publicadas ainda este ano, as seguintes pesquisas: 1) movimento bancário em Minas (para publicação mensal na imprensa local); 2) transmissões de imóveis em Minas, seu número, seu valor e sua tributação; 3) a taxa de recuperação econômica, sob seus aspectos fiscais, econômicos e jurídicos; 4) reforma agrária (análise do projeto em andamento); 5) análise comparada dos orçamentos públicos estaduais no Brasil e análise dos orçamentos nacionais dos diversos países.

c) **Instituto de Direito Público** — Funcionando, por enquanto, apenas em relação à seção de Direito Internacional, sob a direção do Prof. Amílcar de Castro e com a orientação do Assistente de Ensino Prof. José Edgard de Amorim Pereira, — o Instituto de Direito Público ofereceu, este mês, sua primeira publicação, reunindo os estudos já empreendidos e que se fixaram em torno do tema «Noção de nacionalidade e de nacionalidade das pessoas jurídicas de direito privado», tendo por objeto da pesquisa a doutrina nacional e a doutrina estrangeira.

Concluída a primeira pesquisa, recentemente publicada, o Instituto de Direito Público, na mesma seção dirigida pelo Prof. Amílcar de Castro, está estudando, atualmente, a doutrina nacional e estrangeira e o direito positivo nacional, estrangeiro e internacional, para elaborar trabalho sobre «Nacionalidade como circunstância de conexão».

d) **Instituto de Criminologia** — A seção de Direito Penal desse Instituto, supervisionada pelo catedrático Prof. Lydio Machado Bandeira de Mello e sob a orientação do Assistente de Ensino Prof. Ariosvaldo de Campos Pires, preparou trabalho sobre «A distinção entre crime ou delito e contravenção», depois de pesquisas a respeito da doutrina e legislação nacionais e estrangeiras. Tal trabalho foi publicado no corrente mês, no «Caderno de Pesquisas» próprio.

O segundo projeto de estudos da seção de Direito Penal objetiva, através do levantamento da doutrina e da legislação do Império do Brasil, preparar trabalho sobre o tema «Dos crimes e das contravenções nas Províncias do Império do Brasil». O material está sendo presentemente coletado e o resultado das pesquisas constituirá a segunda publicação do Instituto.

e) **Instituto de Direito Privado** — Está funcionando a seção de Direito Civil desse Instituto, devendo constituir matéria do 4º «Caderno de Pesquisas» anual da Faculdade o resultado dos estudos já realizados.

Sob a supervisão do Professor Catedrático Darcy Bessone de Oliveira Andrade, o Assistente de Ensino Prof. Adriano de Azevedo Andrade orientou estudos sobre a posse no Direito Romano e através das teorias

principais relativas ao tema, a fim de obter-se u'a moderna conceituação de posse. O trabalho está em fase de redação final e será divulgado, no «Caderno de Pesquisas», sob o título «Pesquisa em tórno do Conceito de Posse».

O segundo projeto de estudos fixado pelo Prof. Darcy Bessone compreenderá pesquisas em tórno do «Fundamento da Proteção Possessória».

Já o professor Catedrático José do Valle Ferreira, na mesma seção de Direito Civil, determinou se fizesse um completo levantamento sôbre o Código Civil Brasileiro, abrangendo pesquisa de todo o trabalho referente à sua elaboração. Os estudos, orientados pelo Assistente de Ensino Prof. João Baptista Villela, se iniciaram em 1960 e, dada a proporção da empresa, constituem trabalho de conclusão previsivelmente demorada.

O professor José do Valle Ferreira, planejando novos trabalhos de sua seção, determinou se efetuem pesquisas de dados para um Dicionário Brasileiro de Instituições Jurídicas, assim como para um Glossário Jurídico de Verbos. Ambos os trabalhos foram iniciados e, no primeiro caso, o Assistente de Ensino João Baptista Villela está compendiando, com a colaboração dos alunos bolsistas, instituições antigas e modernas do direito nacional, atendidas as configurações históricas e doutrinárias preferentemente às transitórias e circunstanciais. No segundo caso, sua tarefa está em colecionar, em ordem alfabética, os verbos da língua portuguesa de emprêgo exclusivo na fraseologia jurídica ou que, empregados também em outros domínios, tenham acepção própria em Direito. Este é um trabalho que requer aplicação paciente e cuidadosa e cuja utilidade é manifesta, não constando que tenha sido alguma vez empreendido no Brasil, ou em Portugal.

## IX — CONFERÊNCIAS E ESTUDOS

**Dados gerais** — Em colaboração com a «Revista Brasileira de Estudos Políticos», a Faculdade promoveu, em 1960, alguns cursos e conferências. O curso sôbre «Problemas Econômicos e Sociais da Produtividade» foi proferido pelo Prof. René Ballivian Calderón, Catedrático da Faculdade de Direito de Buenos Aires e ex-diretor do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento.

Um curso sôbre «Problemas Agrários no Brasil» foi ministrado por um grupo de membros do corpo docente da Universidade de São Paulo, composto dos professores Fernando Henrique Cardoso (Tensões sociais no campo e a reforma agrária), Octávio Ianni (A constituição do proletariado agrícola no Brasil), Duglas Teixeira Monteiro (Estrutura social e vida econômica numa área de monocultura e pequena propriedade), Salomão Schattan (As pesquisas necessárias para a reorganização da estrutura agrária) e Paulo Singer (Agricultura e desenvolvimento econômico).

O professor Georges Vedel, da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas de Paris, proporcionou-nos um curso sôbre «Os dados fundamentais da democracia contemporânea», com duração de cinco dias.

No mês de setembro último, o professor Charles Morazé, da Escola de Altos Estudos de Paris, pronunciou duas conferências nesta Faculdade. A primeira delas versou sobre «O parlamentarismo na França» e, a segunda, sobre «Os grandes problemas internacionais contemporâneos».

Por fim, no princípio do corrente mês de outubro, a Faculdade promoveu um ciclo de conferências do professor Marcel David, da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas de Paris, sobre «Os problemas atuais do mundo do trabalho». O professor Marcel David distribuiu seu estudo em cinco etapas, discorrendo, sucessivamente, sobre o que é o mundo do trabalho operário, o mundo do trabalho e as relações industriais, os trabalhadores e o acesso à gestão, os trabalhadores e a segurança social e os trabalhadores e a promoção social.

Anteriormente, já o deputado alemão Herman Goergen, autor de vários ensaios em língua portuguesa, ex-lente da Faculdade de Juiz de Fora e colaborador de vários jornais brasileiros, pronunciou, na Faculdade, algumas conferências sobre «A história da Alemanha no pós-guerra». Em seguida, também no mês de maio, o professor Jean Gaudemet, Catedrático de Direito Romano da Universidade de Strasburgo, proferiu, no Salão Nobre da Faculdade, aplaudidíssima conferência sobre «As recentes reformas do ensino jurídico na França». O professor Gaudemet participou da comissão que elaborou o anteprojeto dessa reforma francesa.

## X — CURSOS ESPECIAIS

**Dados gerais** — Continuaram a ser ministrados, em 1960 e neste ano, cursos especiais de Direito da Eletricidade, Direito Rodoviário e Direito Eleitoral. Regeram-nos três nomes reputados como expoentes das matérias: o dr. Anís José Leão, alto funcionário do Tribunal Eleitoral, com obras publicadas sobre o assunto; o dr. Walter T. Álvares, consultor jurídico da Cemig e especialista em Direito da Eletricidade; e o dr. Paulo Camacho Crespo, consultor jurídico do DNER e autor do anteprojeto do Código do Trânsito, com curso de aperfeiçoamento na América do Norte.

Em solenidade realizada no último dia 7 de setembro, o Diretor da Faculdade entregou os respectivos certificados aos 135 alunos que, neste ano, concluíram os cursos de férias. No ano anterior, outros 118 alunos haviam sido diplomados.

## XI — BIBLIOTECA

**Dados gerais** — Somente quando funcionando as novas e definitivas instalações da Faculdade a Biblioteca poderá ser ampliada, necessariamente. Para esse fim, foram-lhe reservados dois amplos pavimentos no Edifício-Sede. Por enquanto, suas instalações provisórias não compor-

tam senão um aumento anual reduzido do acêrvo, que, sendo em 1959 de 12.907 volumes, atingiu um total de 13.916 em 1960 e, até 5 de outubro corrente, totalizou 14.413 volumes.

A biblioteca literária, iniciada em 1959 e que registrava, em 1960, um acêrvo de 986 volumes, possui, hoje, 1.050 volumes.

Estão registrados na Biblioteca 1.108 leitores, que fazem o movimento de circulação das obras, sobretudo no tocante aos empréstimos domiciliares. Todavia, somente neste ano as consultas internas atingiram a um total de 3.413, sendo mais consultadas, pela ordem, as obras de Direito Civil, Direito Penal, Literatura e Processo Civil.

Note-se, contudo, que a Faculdade tem organizado, para fins de consultas diretas dos Institutos de Pesquisas, várias bibliotecas subsidiárias, diretamente subordinadas àqueles departamentos.

## XII — DIVULGAÇÃO

**Dados gerais** — Tendo criado um Departamento de Divulgação, com o aproveitamento de funcionários especializados, à Faculdade tem sido possível ver devidamente propagadas tôdas as suas atividades culturais. Esse amplo trabalho de divulgação tem destacado a Faculdade de Direito como dos Institutos Universitários mais atuantes do Brasil.

**Revista da Faculdade** — Não obstante, as publicações regulares são os órgãos efetivos de divulgação dos trabalhos culturais da Escola. Essas publicações estão sendo, agora, normalizadas, depois que uma série de empecilhos não permitiu a regularidade das publicações. A «Revista da Faculdade», cujo último número corresponde a 1959, reedita-se, agora, sob nova orientação. A direção geral está entregue ao Professor Amilcar de Castro, tendo sido eleito o professor Edgar de Godoi da Mata-Machado para substituir, na Comissão de redação, o Professor Orlando M. Carvalho, atualmente no exercício da Reitoria da UMG.

**Cadernos de Pesquisas** — Os Institutos de Pesquisas, segundo o plano prèviamente traçado, já fizeram divulgar três cadernos de pesquisas, estando um quarto em fase de impressão.

A primeira divulgação dos Institutos está resumida na matéria publicada no «Caderno de Pesquisas de Direito Processual». O «Caderno de Pesquisas» nº 2, editado logo a seguir, reuniu a matéria de estudos do Instituto de Economia e Finanças. O terceiro contém matéria de Direito Público. A próxima publicação resumirá todos os estudos do Instituto de Direito Privado.

**Revista Brasileira de Estudos Políticos** — Essa Revista, editada sob os auspícios da Faculdade de Direito, divulgou, em 1960, em dois números regulares, 6.000 exemplares, contendo 23 artigos inéditos e 9 notas de livros, através de colaboração assinada por personalidades

nacionais e estrangeiras do maior destaque no setor de ciências sociais, políticas e jurídicas.

No setor editorial, a «Revista Brasileira de Estudos Políticos» lançou no mercado, através da Livraria da Revista Forense, sua distribuidora, 7 monografias sobre pesquisas autorizadas, na coleção «Estudos Sociais e Políticos», num total de 14.000 volumes.

Neste ano de 1961, a «Revista Brasileira de Estudos Políticos» publicou mais 6 monografias, assinadas pelos professores Anís José Leão (Limites da liberdade de Imprensa), Manuel Garcia Pelayo (Frederico II de Suábia e o nascimento do Estado Moderno), Washington Peluso Albino de Souza (Do econômico nas constituições vigentes), Pedro Aleixo (Imunidades parlamentares), Georges Burdeau (O Poder Executivo na França), e Oliveiros S. Ferreira (Ordem Pública e liberdades políticas na África Negra).

**Publicações do corpo discente** — O Centro Acadêmico «Afonso Pena», com a colaboração da Faculdade, apresta-se a editar mais um número de sua revista oficial — «Plural». Esse número reunirá amplo material assinado pelos alunos, assim como divulgará as teses vencedoras dos recentes concursos universitários. O plano de edição de «Plural» abrange publicações semestrais da revista.

Apareceu, em junho, o último número do jornal «Voz Acadêmica», também órgão do CAAP, que deverá ser editado, agora, mensalmente. O jornal cobre todos os acontecimentos ligados à Faculdade e objetiva, futuramente, instituir um curso prático de jornalismo.

Outras publicações do corpo discente foram dadas a público, divulgando trabalhos literários dos alunos, dados e resumos de cursos e conferências e, inclusive, alguns estudos dos universitários.

### XIII — «CASA DE AFONSO PENA»

**Planejamento e realização** — Consoante projeto dos arquitetos Décio Machado e Rodrigo Araújo Moreira, a Faculdade está contruindo, na parte principal do quarteirão nº 33 da 4ª zona urbana de Belo Horizonte, seu Edifício-Sede, que comportará tôdas as instalações da Escola. Até 31 de dezembro de 1960, havia sido aplicada na obra tôda a verba destinada à edificação, compreendendo utilização em serviços de mão de obra e material. Já nesse período estavam sendo concluídos os trabalhos de estrutura e alvenaria de tijolos, com andamento correspondente dos serviços de instalações hidráulica e elétrica.

Hoje, forçada a Escola a intensificar o acabamento das dependências inferiores do Edifício-Sede, para alojar serviços da maior importância, está iniciando mão de obra correspondente ao acabamento geral que, por concorrência pública, ficou a cargo da firma «Construtora Pilar Ltda.» Estão também dependendo de concorrência, cujo resultado ainda não foi apurado em face de sucessivos desatendimentos dos termos dos

editais e das especificações próprias, os serviços de esquadrias de ferro e respectivo assentamento.

Dependendo das disponibilidades orçamentárias, o Edifício estará concluído, definitivamente, em abril de 1963. No próximo ano, contudo, já estarão funcionando tôdas as dependências destinadas à circulação e atividade estudantis, com exceção das aulas, que serão mantidas no Edifício «Prof. Vilas Boas», e dos órgãos assistenciais, que já têm instalação própria.